

# EXPERIÊNCIAS COLETIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO

*Marco André Cadoná<sup>1</sup>  
Aline Dinara Schulten<sup>2</sup>  
Caroline Goerck<sup>3</sup>*

## Resumo

A atualidade vem exigindo a criação de alternativas de trabalho e de renda como fonte de subsistência para trabalhadores excluídos ou que nunca acessaram o mercado de trabalho. A Economia Popular Solidária surge em resposta ao desemprego e a precarização do trabalho.

Palavras-chave: trabalho, solidariedade, cooperativismo.

## Abstract

COLLECTIVE EXPERIENCES OF SOLIDARY ECONOMY IN RIO PARDO VALLEY - Nowadays, the creation of work alternatives as source of subsistence has been required by excluded workers or people who have never had access to the work market. The Solidary Popular Economy appears as an answer to unemployment and work precarization.

Keywords: work, solidarity, cooperativism.

## INTRODUÇÃO

A economia solidária, segundo Singer (2000), expressa formas associativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização, de consumo, de acesso a créditos

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências humanas, na área de Sociologia, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Doutorando em Ciências Políticas na UFSC.

<sup>2</sup> Assistente Social.

<sup>3</sup> Assistente Social e Bolsista CNPq no Mestrado no Pós-Graduação em Serviço Social na PUCRS; email para contato: lineca@gaz.com.br e Fone: 51 3717 2237.

que visam organizar o processo produtivo e de trabalho com base nos princípios da posse coletiva dos meios de produção, da participação coletiva, da autogestão, da repartição dos resultados, da preservação do meio ambiente e do compromisso social com a comunidade na qual se inserem. As experiências coletivas que vêm sendo definidas como economia solidária são muito diversas: compreendem cooperativas que de produção e/ou de consumo, de autogestão de empresas falidas, assentamentos do Movimento dos Sem Terra, cooperativas de prestação de serviços, cooperativas de crédito, clubes de troca, projetos comunitários de produção de artesanatos, de coleta seletiva e reciclagem de lixo, de confecções de roupas, de creches, de fabricação de calçados, produtos alimentares, associações de pequenos agricultores (acesso ao crédito, produção, comercialização, uso de máquinas).

No Brasil, as experiências que constituem a economia solidária se acentuaram desde a Segunda metade da década de 1990. Possuem o apoio de um conjunto de instituições (SINGER, 2001), tais como o Movimento dos Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores (através de sua Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS), o Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, a UNITRABALHO, as Universidades que têm criado Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), o DIEESE, a Cáritas (órgão do Conselho Nacional de Bispos do Brasil – CNBB), a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores Auto-Gestionários), além do poder público (prefeituras e governos de estados que têm implementado políticas de apoio às experiências de cooperação), têm contribuído para a multiplicação de experiências coletivas de geração de trabalho e de renda em todo o País.

O crescimento dessas experiências coletivas não define um espaço de produção e de trabalho homogêneo, integrado e sistêmico. Antes pelo contrário, predomina a diversidade, presente tanto na existência, lado a lado, de experiências bem estruturadas e experiências incipientes, até mesmo isoladas e dispersas, quanto nas formas de inserção dos trabalhadores, na relação com entidades de apoio, na organização da produção e o trabalho, nas motivações dos trabalhadores diretamente envolvidos nessas experiências, nas representações que os mesmos têm em relação as suas associações.

Neste artigo apresentamos dados de uma pesquisa realizada no período compreendido entre os anos de 2002 e 2003, que teve como objetivo diagnosticar as experiências coletivas de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo<sup>4</sup>. A partir de uma amostra de noventa e uma experiências coletivas, a pesquisa investigou: 1 – a população participante (número de trabalhadores, de famílias, sexo, idade, escolaridade, experiência

<sup>4</sup> O Vale do rio Pardo é constituído pelos seguintes municípios: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita, Lagoão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

profissional etc); 2 – a natureza das atividades desenvolvidas (setor de economia, forma de organização); 3 – aspectos históricos dos empreendimentos (motivações, relação com instituições) 4 – a estrutura de produção existente (instalações, máquinas e equipamentos); 5 – as relações entre os empreendimentos coletivos com seus parceiros e o papel que esses desempenham junto àqueles; 6 – as formas de remuneração e distribuição dos benefícios; 7 – as formas de organização da produção (com ênfase nas relações com o mercado); 8 – as dificuldades e os desafios<sup>5</sup>. Aproxima-se de uma realidade marcada pela diversidade, sem que se perceba uma tendência clara de organização do trabalho e da produção a partir dos valores e dos ideais que definem a economia solidária.

## 1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

No Brasil, desde a década de 1980, o mercado de trabalho vem passando por profundas transformações, tendo como conseqüência (para as pessoas que vivem do trabalho) uma crescente insegurança no trabalho. Depois de quase meio século de crescimento do trabalho assalariado e de formalização das relações de trabalho, a partir dos anos oitenta o mercado de trabalho brasileiro inicia um movimento de regressão, com o aumento do desemprego e dos vínculos vulneráveis de empregabilidade, com a queda dos rendimentos e o acirramento das desigualdades sociais.

Por um lado, a economia brasileira apresentou um crescimento ainda menor daquele alcançado durante a década de 1980: enquanto a economia brasileira cresceu 2,2% durante a década de 1980, durante a década de 1990 seu crescimento foi de 1,9% (para o período 1989 – 1998). O baixo crescimento econômico contribui para um crescimento dos postos de trabalho muito aquém daquele demandado pela expansão da População Economicamente Ativa (PEA): das 13,6 milhões de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho durante a década de 1990, apenas 8,5 milhões conseguiram acessar algum tipo de ocupação, provocando um excedente de mão-de-obra de 5,1 milhões de pessoas.

Por outro lado, o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governos brasileiros, visando superar a crise econômica e inserir o Brasil no processo de globalização econômica, baseado no referencial teórico neoliberal, se mostrou solidário ao desemprego, “pois, mesmo quando combinou estabilidade monetária com a presença de taxas de expansão da produção (94-97), não houve redução sensível das taxas de desemprego” (POCHMANN, 2001, p. 114). Desse modo, ao longo da década de 1990 o desemprego apresentou crescimento em todo o País, tornando cada vez mais inseguro

<sup>5</sup> CADONÁ, M. A. Economia Solidária: experiências populares de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003.

o mercado de trabalho não somente para quem nele entrou nesse período mas também para aqueles trabalhadores que já estavam nele inseridos. Os dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) nas regiões metropolitanas brasileiras (São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife e Salvador) explicitam claramente essa tendência de crescente insegurança no mercado de trabalho brasileiro: em todas as regiões metropolitanas o desemprego cresceu significativamente. O caso de São Paulo, onde a pesquisa foi iniciada ainda durante em 1989 e onde se concentra o maior número de trabalhadores dentre as regiões pesquisadas é muito ilustrativo: o desemprego saltou de 8,7%, em 1989 para 19,3% em 1999, o que significa que, nesse período, o número de desempregados saltou de 614.000 (seiscentos e quatorze mil) para 1.715 (um mil setecentos e quinze mil) trabalhadores.

Importante notar, no entanto, que não é somente o desemprego que assombra o mercado de trabalho brasileiro. Um "outro fantasma" (que não é novo no Brasil) vem se tornando cada vez mais presente na vida dos trabalhadores brasileiros: o fantasma do emprego marcado pela vulnerabilidade. Trata-se de um tipo de precarização do trabalho, que se manifesta através de formas inseguras de contratação da mão de obra, decorrentes da tendência mundial de maior flexibilidade da relações de trabalho, e que está relacionado a um "movimento tendencial da negociação e regulação do trabalho em direção a formas mais individualistas e promocionais" (MATTOSE, 1999, p. 541), que rompem com condições coletivas e institucionalizadas de regulação das formas de contratação do trabalho assalariado.

As condições de ocupação no Brasil são vulneráveis há muito tempo: no início dos anos 1980, por exemplo, 25% da força de trabalho brasileira já atuava no mercado de trabalho informal; em 1990, esse índice se elevou para 30,8%. Esses trabalhadores não são desempregados, mas compõem um exército industrial ativo, que já desistiu de procurar um emprego e que está tentando ganhar a vida através de atividades autônomas, marcadas pela precarização expressa através da desproteção de uma legislação trabalhista, das longas jornadas de trabalho, das remunerações incertas, etc.

Durante os anos 1990, no entanto, essa situação se agravou não somente pelo crescimento do índice de trabalhadores que atuam no mercado informal, mas também, pelo crescimento no número de trabalhadores assalariados que trabalham em condições marcadas pela vulnerabilidade. Cresce, portanto, a quantidade de trabalhadores assalariados desprotegidos por uma legislação trabalhista. Segundo dados do DIEESE, em todas as regiões metropolitanas onde são realizadas pesquisas de emprego e desemprego, a contratação flexibilizada<sup>6</sup>, em postos de trabalhos gerados por empresas, cresceu. Assim,

<sup>6</sup> Entende-se por contratação flexibilizada os postos de trabalho gerados pelas empresas (públicas e privadas) com as seguintes características: assalariados contratados diretamente sem carteira assinada, assalariados tercerizados e autônomos para uma empresa (DIEESE, 2001).

por exemplo, na região metropolitana a contratação padrão (assalariados contratados diretamente com carteira assinada ou estatutários) diminuiu de 79,1%, em 1989, para 66,9% em 1999, o que representou um crescimento na contratação flexibilizada de 20,9%, em 1989, para 33,1% em 1999.

É nesse contexto de flexibilização e de precarização do mercado de trabalho brasileiro que nos grandes centros urbanos mais da metade dos trabalhadores encontram-se no mercado de trabalho de forma vulnerável. Segundo dados do DIEESE, em 1999, 49,7% em Belo Horizonte, 48,4% no Distrito Federal, 46,2% em Porto Alegre, 57,8% em Recife, 60,7% em Salvador e 50,1% dos trabalhadores em São Paulo estavam inseridos no mercado de trabalho de forma vulnerável (crianças e adolescentes menores de 16 anos, desempregados ou ocupados; desempregados, com 17 anos ou mais; ocupados com 17 anos e mais, em trabalhos mais precários; assalariados sem carteira assinada; autônomos que trabalham para o público; trabalhadores familiares; empregados domésticos)

A deterioração do mercado de trabalho observada na década de 1990 contribuiu para o agravamento das condições de renda dos trabalhadores brasileiros, agravando ainda mais uma situação que historicamente se mostrou desfavorável para os trabalhadores. O crescimento histórico da atuação sindical, o uso do arrocho salarial como instrumento de políticas econômicas anti-inflacionárias, a perda do poder aquisitivo em virtude da ação devastadora da inflação (durante a década de 1980 e início dos anos 1990) contribuíram para configuração de um quadro histórico de perda de poder aquisitivo dos rendimentos do trabalhador brasileiro. Durante a década de 1990, os salários perderam ainda mais seu poder aquisitivo; segundo dados do DIEESE, nesse período se observou uma "piora na distribuição funcional da renda" e uma "perda no poder aquisitivo médio dos ocupados e assalariados". Assim, por exemplo, embora o salário mínimo tenha apresentado uma recuperação na segunda metade da década, ao final de 1999 ele tinha um valor de 2/3 do que valia em 1989 e um poder aquisitivo próximo de do que possuía em julho de 1940, quando foi institucionalizado no Brasil.

É nesse contexto, de crescimento do desemprego, de vulnerabilidade dos empregos, de precarização da renda dos trabalhadores assalariados, que a economia solidária coloca-se como uma alternativa para trabalhadores e trabalhadoras que já perderam seus empregos ou estão inseridos de forma precária no mercado de trabalho assalariado. Singer refere-se a economia solidária como um estratégia de enfrentamento, por parte dos trabalhadores, ao desemprego e a precarização das relações de trabalho num contexto de globalização da economia capitalista.

[...] O movimento operário necessita encontrar outras estratégias de luta contra o desemprego e a exclusão social, inclusive para restabelecer no mercado formal de trabalho um equilíbrio menos desfavorável entre oferta e demanda. [...] A construção da economia solidária é uma destas estratégias. Ela aproveita as mudanças nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar as bases de novas formas de

organização da produção a base de uma lógica oposta aquela que rege o mercado capitalista [...] a economia solidária permitira [...] dar a muitos que esperam em vão um novo emprego a oportunidade de se reintegrar a produção [...] (SINGER, 1997, p. 13).

É preciso notar, no entanto, que a economia solidária tem um significado histórico e cultural mais importante do que o de paliativo ao desemprego e ao processo de precarização do trabalho. Esse é, aliás, um traço marcante na bibliografia existente sobre a economia solidária. A partir de diferentes enfoques, ressalta-se o potencial de construção, a partir das experiências populares de geração de trabalho e de renda, de elementos de uma nova cultura do trabalho, implicando um movimento de “desmercantilização da força de trabalho, por meio de um processo de desalienação do trabalhador com respeito ao produto, ao processo e a si mesmo como trabalhador, como produtor de conhecimento e de cultura” (TIRIBA, 2000, p. 223).

Dentro dessa perspectiva, Singer (2001) vem destacando, a partir das experiências de economia solidária, o surgimento de um modo de produção e distribuição alternativo ao dos trabalhadores em suas lutas contra o capitalismo. São experiências coletivas de trabalhadores e trabalhadoras que condenam o capitalismo à ditadura do capital na empresa, que fazem com que: a) qualquer trabalhador deva obediência irrestrita às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome; b) todo o fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista; c) o trabalhador só faça jus ao salário. Essa luta, enfatiza o autor, vai para além dos muros da empresa e ataca os efeitos das relações sociais de produção capitalistas: a crescente desigualdade entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. O resultado histórico dessas lutas, para o autor, é um projeto em construção, que se manifesta nas práticas de economia solidária, e que pode ser assim sintetizado:

[...] 1. Homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se a divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2. Pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3. Assalariados se associam para adquirir em conjunto de bens e serviço de consumo, visando ganhos de escala para unir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5. Os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação, etc (SINGER, 2001, p. 14).

Trata-se, portanto, de perceber na economia solidária uma expressão da luta da classe trabalhadora contra o capitalismo e em favor da construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo. Ou seja, não se trata apenas de uma forma de evitar a

marginalização, o desemprego e a pobreza. Assim, a partir da economia solidária se define uma estratégia transformadora, que cria condições para a gestação de uma nova concepção de economia e de sociedade.

[...] a economia solidária é [...] que a tentativa de levar ao campo econômico aquilo tudo que, no capitalismo, não se deve levar. Ou seja: não a competição; não a propriedade privada; não a ganhadores e perdedores do mercado. Vamos tentar criar exatamente na economia, exatamente no mercado, uma economia solidária, tão comunitária, tão igualitária, tão democrática quanto a sociedade que queremos criar no plano político, no plano religioso, no plano da convivência social. A economia solidária é, portanto uma proposta integradora (SINGER, 2001, p. 48).

Na mesma direção, Razeto (1997), partindo de um marco ético e filosófico, enfatiza o potencial emancipatório da economia solidária. Para esse autor, uma nova cultura do trabalho, orientada para o desenvolvimento do papel central do trabalho, é uma das convicções e idéias-força, de motivações intelectuais e axiológicas, que constituem a matriz fundamental de uma busca teórica e prática da economia solidária. Salientando que a economia capitalista não é solidária, pois a centralidade aparece no capital e no Estado e o trabalho é subordinado e alienado, o autor afirma que a economia solidária deve ter como norte as seguintes afirmações: a) da solidariedade entre a pobreza contra a pobreza; b) o trabalho como atividade central na vida das pessoas; c) novas formas de organização do trabalho capazes de incrementar riqueza ao trabalho humano e desalienar os trabalhadores; d) formas de cooperação e de autogestão capazes de desenvolverem forças próprias de respostas a crise econômica-social contemporânea e de transformação econômica política; e) diretrizes de um desenvolvimento alternativo capaz de dar respostas ao problema da pobreza e da exclusão social; f) uma nova concepção de produção, distribuição e de consumo, integrada com o meio ambiente e capaz de superar os graves problemas ecológicos que ameaçam a humanidade; g) uma nova ética, capaz de superar o individualismo e busca sem limite de riqueza material. No que diz respeito especificamente ao compromisso da economia solidária com uma nova concepção de organização do trabalho, afirma o autor que

[...] valorar o trabalho próprio é o objetivo principal que define a racionalidade destas pequenas empresas de trabalhadores, onde o trabalho não está marcado pela forma assalariada, mas pela autonomia e pelo trabalho associativo ou em cooperação. [...] Trata-se de questões como: incrementar a riqueza dos conteúdos do trabalho; melhorar as condições em que o trabalho se desenvolve; dar ênfase aos efeitos que o trabalho produz na saúde física e psicológica do trabalhador; buscar ativamente uma maior participação [...]; lutar pelo controle do processo de decisão em diferentes âmbitos [...] (RAZETO, 1997, p. 96).

Essa visão acerca da economia solidária, que ressalta seu caráter emancipatório e transformador, tem sido corroborada por algumas indicações empíricas, construídas a partir de análises de situações concretas e experiências populares de geração de trabalho e de renda. Assim, por exemplo, o estudo de caso realizado por Dalila Maria Pedrini junto a Bruscor – Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda., empresa autogerida por trabalhadores e situada no município de Brusque (Santa Catarina), indica que é possível perceber nessas experiências um forte potencial emancipatório, que se realiza não somente no plano econômico, mas também nos planos político, social, comunitário. No caso específico da empresa autogestionária analisada, afirma a autora, esse processo é identificado em diferentes situações: na participação democrática dos sócios cotistas no processo de tomada de decisões da empresa; na apropriação, pelos trabalhadores, das informações (administrativas, contábeis e etc) referentes à empresa; na forma democrática de distribuição dos benefícios econômicos, no esforço em romper com as formas hierárquicas e autoritárias de organização do trabalho, criando mecanismos de participação dos trabalhadores em diferentes fases do processo produtivo (rotatividade funcional) e incentivando uma integração mais criativa entre trabalho e formação; na criação de espaços de “convivialidade”, que permitem que os trabalhadores estabeleçam relações de troca solidária (trocas afetivas, troca de saberes, troca com agentes externos), e momentos de lazer, nas práticas de desenvolvimento da consciência de pertencimento ao grupo (RAZETO, 1997).

Na mesma direção, Tiriba (2000), analisando a cultura do trabalho nos empreendimentos econômicos geridos pelos trabalhadores, identifica pressupostos emancipatórios, pois são experiências que implicam em relações de produção caracterizadas pela perspectiva de valor de uso e não de troca, em que o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história. No entanto, enfatiza a autora, não se deve esquecer que a economia solidária, na forma como se desenvolve no Brasil, é resultado da própria excrecência dos processos de exclusão social. A pesquisa realizada pela autora junto a 61 empreendimentos comunitários na região metropolitana do Rio de Janeiro sustenta suas teses. A maioria dos empreendimentos pesquisados vai, segundo a referida pesquisa, mais além da geração de renda, preocupando-se com a reprodução ampliada da vida. Essa preocupação está presente, por exemplo, no tipo de produção, voltadas às necessidades dos trabalhadores e não ao mercado. As organizações pesquisadas, no entanto, revelam uma realidade diversificada, onde nem sempre se observa a formação de uma nova cultura do trabalho. Na verdade, afirma a autora, o que se observa são elementos que vão plasmando num processo contraditório, ora afirmado ora negando aspectos das relações sociais presentes de forma hegemônica na sociedade e no trabalho assalariado. Mesmo as motivações dos trabalhadores sujeitos dessas organizações nem sempre estão comprometidas com uma visão alternativa de trabalho, de produção, de relações sociais.

A questão é que o crescimento das experiências populares de geração de trabalho e renda no Brasil tem tornado a economia solidária uma realidade diversa, nem sempre identificada com compromissos prévios em relação aos ideais projetados por um conceito de economia solidária. Como afirma Gaiger (2000)

[...] quando falamos de economia solidária, seja no Rio Grande do Sul seja em outras partes do país, não podemos perder de vista que o conceito recobre uma realidade diversa, feita de motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, próprias a cada lugar e circunstâncias, sem que comportem, necessariamente, uma expectativa ou compromissos prévios com a construção de uma nova totalidade social [...] (GAIGER, 2000, p. 269).

A economia solidária passa, então, a ser colocada como problema. Sem relativizar sua importância frente ao desemprego e a crise da sociedade salarial, o que é problematizado é a possibilidade dos empreendimentos de economia solidária tornarem-se alternativas significativas de construção de novas relações sociais e econômicas (solidárias, democráticas e emancipatórias) para os trabalhadores. Como indaga Souza,

[...] Não seria apenas um paliativo para o problema da pobreza? As pessoas engajadas nos empreendimentos solidários, em geral, não migrarão para empregos em empresas capitalistas, numa conjuntura de crescimento econômico? A articulação em redes pode efetivamente reverter esta fragilidade? Esses empreendimentos estariam de fato educando politicamente as pessoas engajadas de modo a impulsioná-las a busca de autonomia abrangente na sociedade? Estaria realmente começando a se formar uma identidade coletiva (política) entre esses empreendimentos a ponto de juntos reivindicarem acesso a crédito e apoio do poder público? (SOUZA, 2000, p. 259).

## 2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO: APONTAMENTOS PARA A DISCUSSÃO

No Vale do Rio Pardo, experiências coletivas de geração de trabalho e de renda desenvolvem-se tanto na cidade como no campo. No entanto, pela própria importância que a agricultura tem na região, é no campo onde esta concentrada a maioria dessas experiências. Já presentes em épocas anteriores, nos últimos anos o número dessas experiências vem crescendo na região, em função da ação (governamental e de diferentes instituições – igrejas, sindicatos, cooperativas) comprometida com o desenvolvimento do associativismo.

Um dado importante das experiências coletivas de geração de trabalho e de renda na região é que, na maioria delas, as atividades econômicas desenvolvidas não se constituem na principal fonte de renda dos trabalhadores. No meio rural, por exemplo,

a maioria dessas experiências coletivas é constituída por fumicultores que, através de uma associação, usam em comum uma máquina agrícola, comercializam coletivamente determinados produtos, produzem – como atividade complementar – determinado produto. Trata-se, portanto, de experiência que não se constituem na única e nem na principal referência econômica dos trabalhadores, criando situações que tem importantes implicações no modo como essas experiências se formam e se desenvolvem. É freqüente, por exemplo, a referência (por parte das lideranças das associações de agricultores e de técnicos da EMATER) de que organizar os agricultores é muito difícil, pois os mesmos têm enraizado uma cultura do individualismo. Independe do alcance dessas afirmações, é certo que muitos trabalhadores e trabalhadoras, ao se inserirem em práticas econômicas coletivas, onde muitas vezes se deparam com propostas de formas associativistas, solidárias, de organização do trabalho e da produção, experimentam conflitos, dilemas.

O resultado desses conflitos pode ter sentidos diferentes: tanto pode levar os trabalhadores e trabalhadoras a problematização das práticas e valores até então predominantes nas formas como organizavam suas vidas, quanto podem criar dificuldades e resistências a participação em experiências coletivas. Hipoteticamente, no entanto, o fato das atividades econômicas realizadas a partir dos empreendimentos coletivos serem apenas complementares pode representar uma dificuldade para um maior comprometimento com as experiências associativistas de organização econômica.

### 3 HISTÓRICO DAS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS: PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES QUE DESENCADAEARAM O SURGIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS COLETIVOS

A origem das experiências coletivas de geração de trabalho e de renda presentes no Vale do Rio Pardo indica diferentes formações históricas: observam-se tanto experiências que nasceram de um processo de discussão dos trabalhadores com seus parceiros (entidades de apoio), quanto experiências em que os trabalhadores foram “reunidos” para formarem uma associação, sem, nenhuma ou com mínima articulação política e social entre os mesmos. Nesse sentido, pode-se distinguir três grupos de experiências coletivas de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo, cada um identificado por maneiras específicas a partir das quais foram criadas.

O primeiro grupo, no qual inserem-se vinte e sete experiências coletivas pesquisadas, é expressivo de um processo precário de articulação política social entre os trabalhadores. São experiências gestadas por agentes externos (poder público municipal, instituições sociais), sem trabalho de articulação política e de reflexão entre os trabalhadores. Nasceram em função de alguma política pública de financiamento, ou da disponibilização de máquinas, cuja condição de acesso era estar organizada em grupo. Exemplo desse tipo

de formação encontra-se na maioria das associações de agricultores formadas para uso comum de máquinas agrícolas. O depoimento a seguir é muito ilustrativo:

A prefeitura nos procurou e sugeriu que a gente formasse uma associação, que então a gente iria ganhar máquinas agrícolas e poderíamos nos organizar para usar essas máquinas para nos. Daí a gente formou a associação, construímos uma sede, onde estão as máquinas. (Liderança da Associação de Agricultores de Passo da Pedra Branca – Boqueirão do Leão)

O segundo grupo, constituído por trinta e três experiências coletivas pesquisadas, é formado por experiências que foram originadas através de uma articulação entre trabalhadores e entidades de apoio visando otimizar atividades (econômicas) que já eram realizadas que já eram realizadas pelos trabalhadores. São exemplos disso os agricultores que já produziam e vendiam na cidade, de forma individual, e formaram uma feira rural; os pescadores que formaram uma associação para, de forma coletiva, acessarem determinados benefícios sociais; os artesãos que passaram, através de uma associação, a comercializar seus produtos de forma coletiva; os criadores de suínos que, visando otimizar suas produções, constituíram um condomínio agrícola. Os trabalhadores que formaram essas experiências tinham as mesmas atividades econômicas, atuavam individualmente, foram incentivados (pelo poder público, pela EMATER, pelo sindicato) para que organizassem uma associação como forma de otimizar a produção ou a comercialização de seus produtos.

O que caracteriza o terceiro grupo, formado por trinta experiências associativistas, é o potencial alternativo presente em suas formas de organização econômica social, formativa. Nesse grupo, encontram-se trabalhadores e trabalhadoras que, desde o surgimento das experiências coletivas, inseriram-se num processo de reflexão política e social, sobre suas condições de trabalho e de produção, sobre suas formas de organização, da qual resultou uma trajetória diferente que busca aliar o trabalho coletivo com uma nova maneira de produzir e de trabalhar. Colocando-se nesse grupo as experiências de trabalhadores urbanos que formaram cooperativas de trabalho e/ou de produção, buscando alternativas ao desemprego e a exclusão social, as associações de trabalhadores rurais que vêm desenvolvendo práticas ecológicas de produção, os assentamentos do Movimento dos Sem-Terra. Um traço importante dessas experiências é que muitas delas estão articuladas com entidades de apoio que se caracterizam pela proposta alternativa de organização da produção e do trabalho, como por exemplo, a CÂRITAS, o CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, o Movimento dos Sem-Terra, setores da igreja católica, alguns escritórios municipais da EMATER. Ter essas instituições como “parceiros” ou delas receber assessoria não significa, por si só, estar inserido num projeto alternativo de organização do trabalho e de produção. No entanto, algumas dessas instituições têm atuado, claramente, com a intenção de desenvolver novas formas de

organização de produção e do trabalho, que estejam comprometidas com os valores da autogestão, da participação democrática, da produção ecológica, da igualdade e da solidariedade. A título de exemplo, torna-se importante referência de algumas diretrizes que orientam as ações de duas dessas instituições indicadas: a Cáritas e a ECOVALE.

A Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas (ECOVALE) foi fundada em agosto de 2000 e está constituída por 81 sócios dos municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Vale do Sol. Esses sócios estão organizados em grupos de produção, perseguindo os princípios do cooperativismo e procurando estabelecer relações de solidariedade entre si e com a sociedade. A ECOVALE tem como princípio básico a produção agrícola ecológica. Nesse sentido, tem incentivado entre seus sócios a produção de alimentos, a diversificação e a rotação de culturas, o uso de biofertilizantes, a adubação orgânica, a biodiversidade, o uso das plantas medicinais e a homeopatia para a criação de animais. Na base da ação da ECOVALE está a concepção de que, ao desenvolverem a agroecologia, os agricultores não estão apenas adotando uma nova técnica: ela envolve acima de tudo uma ética de respeito à vida, que se manifesta não só em tecnologias limpas, mas também em relações mais humanas e solidárias entre as pessoas.

A CARITAS é um organismo da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e faz parte, também, da rede da Cáritas internacional. Tem como objetivo dar sustentação a ação social da Igreja Católica e desenvolve suas atividades como recursos financeiros gerados, principalmente, de fundos doados pelas Cáritas e outras instituições dos países desenvolvidos. Entre seus programas de ação encontra-se a economia popular solidária, através do qual tem incentivado (com assessorias e recursos financeiros) experiências populares de geração de trabalho e de renda, buscando aprimorar um modelo de produção, comercialização e consumo baseado na agroecologia e nas relações solidárias entre os seres humanos e entre esses e a natureza.

Instituições como as duas indicativas acima cumprem uma importante tarefa no desenvolvimento de experiências de economia solidária no vale do rio Pardo. Embora a pesquisa realizada não tenha aprofundado a análise das relações entre essas instituições e as experiências que são por elas acompanhadas, com o trabalho de pesquisa realizada é possível afirmar que, através delas, novas representações acerca da produção, da comercialização, do consumo, das relações entre os seres humanos e entre esses e a natureza estão se desenvolvendo entre trabalhadores e trabalhadoras da região. Essas representações, quando já não indicam novos modos de organizar a produção e o trabalho, são expressivas de desafios que estão sendo colocados pelos trabalhadores e trabalhadoras da região, de construir um novo modo de produção e de trabalho baseado na compreensão de que as relações entre os seres humanos e entre esses e a natureza devem estar orientadas pelos valores da autogestão, do trabalho coletivo e participativo, da igualdade e da solidariedade.

#### 4 A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Nem todas as experiências coletivas de geração de trabalho e de renda compreendem, diretas ou indiretamente, atividades de produção e/ou de comercialização de produtos. Das noventa e uma experiências pesquisadas, a grande maioria das associações de trabalhadores rurais organizadas em função do uso comum de máquinas, por exemplo, não tem práticas coletivas nem de produção, nem de comercialização; os clubes de mães, igualmente, não se constituem enquanto grupos de produção e/ou de comercialização. Assim, do total de empreendimentos coletivos pesquisados, somente 56 (61,6%) realizam atividades ou de produção ou de comercialização de produtos.

Importante notar que, sob os pontos de vista da produção e da comercialização de produtos, os trabalhadores inserem-se de diferentes formas nos empreendimentos coletivos pesquisados. Assim, em alguns casos a produção é individual e a comercialização dos produtos é realizada através do empreendimento coletivo; em outros casos, a produção e a comercialização são individuais, sendo coletiva a infra-estrutura usada para o beneficiamento dos produtos (por exemplo, em associações de produtos de mel); e existem empreendimentos em que tanto a produção quanto a comercialização são atividades realizadas pelo coletivo de trabalhadores.

O maior grupo das experiências que implicam atividades de produção e de comercialização de produtos está vinculado a produção agrícola. Formam o grupo dos empreendimentos coletivos vinculados à produção ou comercialização de produtos agrícolas, quatro associações que, coletivamente, produzem, beneficiam e comercializam os produtos de mercado, três grupos de produção que produzem coletivamente e vendem, também coletivamente, para a "comunidade", quatro associações em que os trabalhadores produzem e comercializam individualmente (as associações contribuem nesse processo através da infra-estrutura e da formação técnica), cinco associações/cooperativa que produzem coletivamente e estão integradas a indústria (produzem para as indústrias), dezessete associações em que a produção individual e a comercialização através de feiras (organizadas pela associação) e um grupo em que a produção é individual e a comercialização no mercado através de associação.

Por outro lado, formam o grupo dos empreendimentos coletivos vinculados a produção ou a comercialização de produtos não-agrícolas, de grupos em que a produção é individual e a comercialização realizada através dos empreendimentos coletivos (por exemplo, feiras de artesanatos), quatro cooperativas em que a produção é coletiva e a comercialização é realizada junto a indústrias às quais os empreendimentos coletivos estão integrados (tercerizados), cinco produzem coletivamente e comercializam (coletivamente) junto "a comunidade", três grupos são formados por catadores e recicladores de lixo e uma cooperativa em que a produção e a comercialização (no mercado) são coletivas.

Através dos empreendimentos coletivos vinculados às produções agrícolas são produzidas: produtos horto-medicinais (05), mel, própolis e cera (05), suínos (03), leite (03), bolachas caseiras (01), vinhos (01), feijão (01), peixe (01), erva mate (01), batata inglesa (01), hortifrutigranjeiros (08), frango (01), geléias (01), salgadinhos (01), flores (01). Nos empreendimentos coletivos vinculados a produção de produtos não-agrícolas são produzidos: lasanha, biscoitos, pasteis e massas (01), lixo reciclado (03), reforma de roupas (01), sabão (01), confecções (05), tela para cerca (01), artesanatos (10), chocolate (01).

A comercialização desses produtos ocorre de diferentes formas (na comunidade, em feiras, vendas para supermercados, integrados à indústria, para intermediários, para empresas), mas, de modo geral, atendendo um mercado local, formado pelos próprios municípios onde os empreendimentos coletivos estão localizados.

Diferentes tipos de problemas, relacionados à produção e à comercialização, são enfrentados pelos empreendimentos coletivos pesquisados. No entanto, o que mais se destaca diz respeito à comercialização dos produtos, mas especificamente com a ampliação das vendas. Destaque-se, igualmente, dois outros problemas, indicados por um grupo significativo das experiências coletivas pesquisadas: a falta de recursos financeiros e a pouca formação para a autogestão.

A partir dos dados apresentados, mas também de informações acessadas junto às lideranças dos empreendimentos coletivos pesquisados, algumas constatações são possíveis. Uma primeira é que nem todas as experiências coletivas têm a produção e a comercialização de seus produtos como atividades coletivas. Muitas vezes, ou a produção ou a comercialização é individualizada. Isso expressa algumas dificuldades existentes.

A primeira delas é a dificuldade de um planejamento tanto da produção quanto da comercialização, que pudesse definir com maior clareza quanto se produz, como se produz, qual é o custo da produção, qual é o mercado consumidor desses produtos, qual é o preço acessado, que tipo de relações são estabelecidas com os fornecedores e com os consumidores, qual a capacidade de aumento da produção individual e outras informações que poderiam contribuir para um melhor diagnóstico de problemas, de potencialidades existentes tanto na produção quanto na comercialização dos produtos. Nesse sentido, muitos empreendimentos têm como desafio, ainda, uma melhor articulação e organização da produção realizada por seus próprios associados. Mas a produção ou a comercialização individualizadas expressa, também, resistências de trabalhadores e trabalhadoras à atividade coletiva; muitas lideranças desses empreendimentos coletivos, ao serem perguntadas por que não produziam (ou comercializavam) coletivamente responderam que não daria certo; assim, já é difícil, em que pese à comercialização coletiva dos produtos ser vista como um meio de otimizar os custos da produção.

Uma segunda constatação é que relações econômicas entre os próprios empreendimentos é uma questão ainda para ser enfrentada. Ou seja, os empreendimentos

coletivos não consomem produtos uns dos outros, pelo menos enquanto não estiverem organizados. Uma prática organizada pelos próprios empreendimentos. A precária (ou inexistente) relação entre os próprios empreendimentos coletivos significa que ainda não se estabeleceu na região uma rede de empreendimentos solidários, que pudesse facilitar não somente as vendas, mas também criar possibilidades de compras coletivas, o que reduziria os custos de produção e mesmo do consumo final. Trata-se de um desafio a ser enfrentado, como forma, inclusive, de encaminhar soluções para alguns dos problemas enfrentados, tais como a instabilidade nas vendas, a escassez de recursos financeiros, a pouca formação para a autogestão, a publicidade dos produtos. Esses problemas, que são compartilhados pelos empreendimentos, poderiam ser pensados e enfrentados coletivamente.

Uma terceira constatação refere-se ao mercado. Embora apareça como problema, a maioria dos empreendimentos coletivos não tem claro como agir no mercado de forma a garantir colocação competitiva para seus produtos, mas também para aumentar e tomar mais estável essa colocação. Algumas experiências podem ser colocadas como referências de estratégias alternativas encontradas para resolver esse tipo de problema. A primeira delas foi encontrada na APROMIC, associação de produtores de leite no município de Rio Pardo que, segundo liderança do grupo com a qual a equipe de pesquisa conversou, defende-se da competição que se estabelece entre eles e grandes distribuidores de leite no município através de uma relação direta com os consumidores de leite. A associação, assim, é formada por produtores de leite que entregam o leite diretamente nos domicílios, o que a Parmalat não vai fazer nunca. Tendo essa fatia do mercado consolidada (que, no caso, representa cerca de 50% do mercado consumidor da associação), o grupo fica menos vulnerável a possíveis pressões econômicas dos grandes grupos que atuam no município. A segunda estratégia tem algo de semelhante com aquela utilizada pela APROMIC e é desenvolvida pela ECOVALE/CAPA, em Santa Cruz do Sul. Essa cooperativa tem uma rede de consumidores de seus produtos, que recebe semanalmente uma cesta básica de hortifrutigranjeiros produzidos por seus associados; essa rede de consumidores garante uma comercialização permanente dos produtos por seus associados; essa rede de consumidores garante uma comercialização permanente dos produtos e, além disso, um contato mais direto entre a Cooperativa e seus consumidores. São duas estratégias que apontam caminhos que, avaliados, podem contribuir para uma relação mais direta entre diferentes experiências coletivas e entre essas e o mercado consumidor.

Uma quarta constatação é que agregar valor a produção e diversificar a produção são discussões muito incipientes, não tocadas por muitas lideranças, ainda que se saiba que algumas mostrem-se preocupadas com essa questão. É possível que esta situação esteja ligada às dificuldades de infra-estrutura, de recursos financeiros, de formação para a autogestão existentes nos empreendimentos; mas é possível, também, que essas discussões encontrem limites nas próprias expectativas que trabalhadores e trabalhadoras têm

em relação a esses empreendimentos coletivos. Ou seja, para muitos trabalhadores e trabalhadoras os empreendimentos coletivos ainda não se mostraram como uma alternativa importante para que possam pensar e encontrar soluções para os problemas que têm, tanto na produção quanto na comercialização de seus produtos.

Uma quinta constatação refere-se às dificuldades para melhorar e aumentar a produção dos produtos seja, por falta de conhecimento técnico, seja por problemas relacionados à infra-estrutura, seja por dificuldades em ampliar o mercado consumidor de seus produtos. Isso significa, no entanto, falta de mercado para os produtos. Mercado parece não ser problema para a maioria dos empreendimentos. Existe mercado, o que não existe é uma estratégia que seja capaz de garantir competitividade no mercado. Os empreendimentos coletivos não conseguem produzir, com a quantidade e a qualidade necessárias, para atender ao mercado. Para isso, é preciso aumentar a capacidade produtiva dos empreendimentos, melhorar a publicidade dos produtos, melhorar a infra-estrutura existente. Dificuldades que estão relacionadas a um dos principais problemas levantados: a falta de recursos financeiros.

## 5 OS BENEFÍCIOS ALCANÇADOS

Para a maioria dos trabalhadores as atividades desenvolvidas nas experiências coletivas têm benefícios econômicos. Entre os benefícios econômicos alcançados destaca-se algum tipo de renda (remuneração) que os trabalhadores e trabalhadoras alcançam através do trabalho que realizam (em 45% das experiências coletivas pesquisadas foi indicado esse tipo de benefício), seguido pela otimização da produção, destacada por 25,2% das experiências coletivas pesquisadas.

A otimização da produção está relacionada aos benefícios econômicos alcançados por associações de agricultores que utilizam coletivamente máquinas agrícolas, associações de produtores de suínos, leite, mel, artesanato. Tais trabalhadores e trabalhadoras conseguem diminuir custos da produção, aumentar o aproveitamento dos produtos através de conhecimentos alcançados através da associação ou, então, através de meios de produção que se disponibilizam aos mesmos através das experiências coletivas.

A renda familiar expressa benefícios econômicos alcançados através de uma remuneração financeira (em forma de salário), alcançada em virtude das atividades coletivas desenvolvidas, observadas geralmente nas atividades econômicas realizadas por trabalhadores situados no meio urbano, embora no meio rural também esse tipo de benefício esteja presente, como por exemplo nos assentamentos do MST, em associações de produção agrícola, em feirantes.

A forma como os benefícios alcançados são divididos entre os trabalhadores e trabalhadoras apresenta variações, de acordo com a natureza das atividades desenvolvidas

através das experiências coletivas. Um dado importante, por exemplo, é que no maior grupo de experiências coletivas pesquisadas (49,4%), não ocorre distribuição dos benefícios entre os trabalhadores e trabalhadoras. Formam esse grupo, principalmente, experiências em que as atividades são individuais e, através das experiências coletivas, os trabalhadores e trabalhadoras viabilizam a comercialização de seus produtos ou, então, acessam conhecimentos, infra-estrutura, que otimizam suas produções, realizadas individualmente. O caso dos feirantes é ilustrativo, pois a produção é individual, vendem através da associação e cada um tem uma renda que é estabelecida de acordo com a venda individual. São casos, portanto, em que não se observa uma criação conjunta de bens ou valores que possam ser distribuídos entre os trabalhadores e trabalhadoras de um mesmo empreendimento. Esses trabalhadores se beneficiam de condições, alcançadas coletivamente, que contribuem para um ganho econômico individual.

A divisão em partes iguais é observada, por exemplo, entre associações e/ou cooperativas de trabalho, mas também em associações situadas no meio rural que realizam produção coletiva. São experiências, portanto, em que trabalhadores realizam, coletivamente, alguma atividade econômica, seja de produção, seja de comercialização de produtos.

Por fim, torna-se importante retomar um dado anteriormente apresentado. Para a maioria dos trabalhadores, os benefícios alcançados através das experiências coletivas são apenas complementares à renda (individual ou familiar). Em muitos casos, inclusive, os benefícios econômicos alcançados não são nem perceptíveis. Um exemplo disso encontra-se nas associações de trabalhadores rurais de uso comum de máquinas, onde o uso dessas máquinas pelos trabalhadores é descontínuo, nem sempre utilizado por todos os associados, e quase sempre impreciso quanto ao ganho econômico que a unidade familiar tem utilizando-se de tais máquinas. Nota-se, também, que os empreendimentos coletivos não têm dados precisos sobre quais são os benefícios econômicos alcançados pelos trabalhadores e trabalhadoras através das experiências coletivas. A elaboração permitiria aos empreendimentos coletivos um conhecimento maior dos resultados alcançados pelas atividades coletivas, o levantamento de problemas, um melhor planejamento, além de ser um importante instrumento de construção de legitimidade junto aos seus próprios associados.

## 6 METAS E DESAFIOS

As metas e os desafios que se colocam para as experiências coletivas apontam para demandas existentes e contribuem para uma análise dos limites que se colocam, atualmente, para a viabilização das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Vale do Rio do Pardo. Para facilitar essa análise, as metas e desafios apontados foram agrupados em quatro eixos principais: produção, comercialização, organização dos

trabalhadores e trabalhadoras e emprego e renda.

O primeiro eixo, vinculado à produção, aponta diferentes preocupações presentes entre trabalhadores inseridos nas experiências coletivas da região, numa perspectiva de garantir uma produção capaz de dar maior viabilidade econômica aos empreendimentos coletivos, mas também (em muitos casos) maior legitimidade às ações econômicas nelas desenvolvidas, tornando-se mais importante no conjunto de atividades produtivas das quais resultam as rendas familiares desses trabalhadores e dessas trabalhadoras.

A preocupação com maior visibilidade econômica está relacionada à infra-estrutura, indicada por 30,8% dos empreendimentos coletivos pesquisados. Aparecem nesse grupo, significativamente, as associações de trabalhadores rurais formadas para o uso coletivo de máquinas, onde o aumento do número de máquinas e colocado como fundamental para melhor atender os trabalhadores associados, mas também para atingir um maior número de trabalhadores rurais. A preocupação com a infra-estrutura está presente, também, em empreendimentos coletivos urbanos. Em alguns casos, como por exemplo as cooperativas de trabalho integradas a indústria na região, melhorar a infra-estrutura coloca-se como condição com a relação de dependência em relação às indústrias para as quais fornecem os produtos e que, nas atuais condições, são as que detêm o poder na definição do processo de produção do trabalho.

Uma segunda preocupação vinculada à produção, indicada por 15,4% dos empreendimentos coletivos pesquisados, relaciona-se com a produtividade e a qualidade dos produtos. Coloca-se, aqui, uma preocupação com a competitividade dos produtos no mercado, mas também, com a fragilidade tecnológica e organizacional em que muitos empreendimentos coletivos se encontram. Dentre os empreendimentos coletivos que apontam para esse desafio, encontra-se um grupo que entende que essa questão está relacionada à questão ecológica; nesse sentido, reclamam tanto uma maior preparação para a agroecologia quanto uma maior viabilidade econômica desse tipo de produção, o que passa pelo eixo da comercialização dos produtos.

A produção ecológica, importante notar, não é uma preocupação presente em todos os empreendimentos coletivos. Ao serem perguntados sobre essa questão, 40,6% afirmam que seus empreendimentos não tinham nenhuma preocupação ecológica. Entre os empreendimentos coletivos que têm algum tipo de preocupação ecológica, o maior grupo realizou (ou realiza) alguma reflexão sobre o tema, sem que tenha daí resultado práticas ecológicas concretas. Assim, somente 21 empreendimentos coletivos (que representam 23,1% dos empreendimentos pesquisados) têm práticas ecológicas, seja através das atividades coletivas realizadas, seja através das atividades individuais realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras que deles fazem parte. São dados que indicam que a questão ecológica é um desafio que se coloca não somente para os empreendimentos coletivos como também para as instituições comprometidas com esse tipo de experiência na região.

Uma terceira preocupação vinculada à produção, presente principalmente entre os empreendimentos coletivos localizados no meio rural, é com a diversificação da produção. Aparecem, nessa preocupação, a disposição de trabalhadores e trabalhadoras rurais em criar alternativas para a produção do fumo predominante na região. Mais do que isso, a diversificação da produção é colocada como uma estratégia de construção de legitimidade econômica dos empreendimentos coletivos junto às famílias, que passariam a ter nessas atividades um constituinte da renda familiar de maior peso (onde, geralmente, o fumo é a produção principal).

O segundo eixo está vinculado à comercialização e expressa desafios indicados por 19,8% dos empreendimentos coletivos pesquisados. Esse eixo aponta para uma preocupação conhecida: há uma necessidade de articulação mais eficaz entre os empreendimentos coletivos e o mercado consumidor. Essa preocupação está presente em empreendimentos localizados tanto no meio rural quanto no meio urbano. Trata-se de um eixo muito importante, que exige articulação entre os próprios empreendimentos, entre esses, o poder público e o mercado, pois encontra-se aí uma preocupação que, quando não é resolvida, é altamente comprometidora da existência das experiências coletivas de geração de trabalho e renda. A equipe de pesquisa encontrou um exemplo disso no município de Tunas. Naquele município, um grupo de agricultores foi incentivado a criar uma associação de hortigranjeiros, tendo a garantia (num primeiro momento) de colocação dos produtos no município de Sobradinho; passando algum tempo, o mercado de Sobradinho se desarticulou, não garantiu mais a compra dos produtos, e o grupo se dissolveu, após altos investimentos para a criação de uma infra-estrutura adequada aos objetivos inicialmente traçados pelo grupo. Situações como essa não somente criam decepções e revoltas entre os trabalhadores participantes como, também, questionam a importância e a viabilidade de empreendimentos coletivos junto aos trabalhadores e trabalhadoras já inseridos ou, então, que poderiam se inserir nesse tipo de experiência coletiva.

O terceiro eixo está vinculado à articulação/organização dos trabalhadores. Trata-se de um eixo que reflete diferentes preocupações das lideranças dos empreendimentos coletivos pesquisados: a democracia no processo de tomada de decisões, a formação dos trabalhadores, a autogestão, a construção de um sentimento de pertencimento ao grupo entre trabalhadores e trabalhadoras. Apontam problemas que as experiências coletivas enfrentam no seu dia a dia, pouca participação, falta de crença no associativismo, cultura individualista, dificuldades em manter os associados, conflitos entre as diretorias e os associados, pouca formação em associativismo, cooperativismo, economia solidária, indefinição quanto aos objetivos do grupo, alfabetização dos trabalhadores e trabalhadoras, distância geográfica dos trabalhadores e trabalhadoras, acompanhamento e assessoria às experiências, estratégias de aproximação dos associados (criação do sentimento de pertencimento ao grupo) etc. São preocupações que refletem questões já indicadas neste

artigo, como por exemplo, a pouca formação dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial uma formação capaz de torná-los mais atuantes em experiências que se pretendem autogestionárias e solidárias ou, então, dificuldades que encontram para fomentar um espírito democrático no interior das experiências coletivas.

Por fim, um último eixo expressa um desafio indicado por 15,4% dos empreendimentos coletivos pesquisados e que está sendo denominado de emprego e renda. Esse eixo reflete preocupações de um grupo de experiências coletivas que enfrentam dificuldades para, inclusive, continuar existindo. O desafio é permanecer vivo, é continuar sendo uma promessa de trabalho e renda para trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam situações de vida bastante precárias. São preocupações presentes, por exemplo, entre trabalhadores que recolhem e reciclam lixo nos municípios pesquisados, ou, então, nos grupos de produção da Comunidade São João Evangelista, situada na periferia urbana de Santa Cruz do Sul, cujas participantes tem situações muito inseguras de trabalho e de renda. Nesse sentido, esse eixo expressa aquilo que é o desafio principal para uma parcela dos empreendimentos coletivos pesquisados mais importante, do que a produtividade, a diversificação, a comercialização, a organização do grupo (ainda que essas questões não passem despercebidas) a permanência do grupo, a continuidade do projeto.

Diante dos desafios e metas que os empreendimentos coletivos enfrentam e se propõem, foi colocada a questão acerca da contribuição do poder público nesse processo. Ou seja, como o poder público (em suas esferas municipais, estaduais e federal) poderia contribuir para que as experiências coletivas se consolidassem e se desenvolvessem? Um dado importante observado através da pesquisa é que um número significativo de lideranças não soube precisar como o poder público poderia contribuir, ou seja, não sugeriram políticas públicas capazes de fortalecer as experiências coletivas. Demonstrando dificuldades em responder a essa questão, essas lideranças expressam problemas existentes no relacionamento com o poder público (especialmente em nível municipal), muitas vezes argumentando que quando os políticos ajudam, ajudam somente quem for do partido deles, mas também uma descrença quanto ao comprometimento do poder público com as associações, apontando, muitas vezes, como negligente quanto às demandas que são provenientes do meio popular.

Por outro lado, entre as lideranças que sugeriam políticas públicas a maioria ressaltou a importância de financiamentos públicos (65,9%), principalmente estaduais e federais. Do poder público municipal cobra-se mais investimentos em infra-estrutura, em assessoria e formação dos trabalhadores e trabalhadoras, na comercialização dos produtos (27,5%), no planejamento da produção e da comercialização capazes de dar maior visibilidade aos empreendimentos coletivos no mercado existente e, também, junto às populações dos municípios e da região.

## 7 CONCLUSÕES

A análise de como se desenvolvem as experiências coletivas de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio, indica que nem todos os empreendimentos coletivos da região têm compromissos com mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais. Isso significa que, para muitos empreendimentos, os desafios colocados pela economia solidária, de construção de novos espaços de produção e de trabalho, fundamentados nos princípios da posse coletiva dos meios de produção, da autogestão, na participação consciente e coletiva, na repartição democrática dos resultados, no compromisso com o desenvolvimento humano e com a preservação do meio ambiente, comprometendo-se com formas emancipatórias de relação entre os seres humanos e entre esses com a natureza, não estão sendo colocados como princípios norteadores da ação coletiva.

Por outro lado, observa-se um número significativo de experiências coletivas onde os desafios indicados, em graus diversos, estão presentes nas formas como sentem, pensam e organizam a produção, o trabalho, as relações com outras experiências, a relação com o mercado consumidor etc. São experiências que não expressam processos revolucionários. Contudo, são experiências que têm um sentido diferente, onde os espaços da produção e do trabalho passam a ter um compromisso com um processo de construção de novas formas de sociabilidade, de novas formas de integração dos indivíduos, de formas alternativas de estabelecimento da relação com a natureza. Nesse sentido, portanto, são experiências que tecem, num processo contraditório, elementos de uma nova cultura de trabalho, alicerçada nos valores da autogestão, da democracia, da cooperação e da solidariedade. São questões que se colocam como definitivas. Antes, são hipóteses de trabalho. Nesse sentido, um desafio que se coloca, ainda, é pensar em que medida está sendo gestado, a partir das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, um novo modelo de organização da produção e do trabalho, capaz de superar a alienação e a falta de autonomia impostas pela organização do trabalho e da produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Marcos. *Globalização e América Latina: oportunidades e desafios*. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, 1998.
- CADONÁ, Marco André. *Economia solidária: experiências populares de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003 (Relatório de Pesquisa).
- GAIGER, Luis Inácio. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. *Contexto e Educação*, 50, p. 47-71, 1998.
- \_\_\_\_\_. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao*

desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 267 – 286.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. A Situação do Trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001.

MATTOSO, Jorge E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In.: OLIVEIRA, Carlos A. de, MATTOSO, Jorge E. L., NETO, José F.S., OLIVEIRA, Marco A.. de (orgs.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Página Aberta, 1999, p. 521-562.

PEDRINI, Dália Maria. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 31 - 48.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Proposta*, 75: 91-99, dezembro/fevereiro de 1997.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *Proposta*, 72: 6 – 13, março/maio de 1997.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: geração de renda e alternativa a liberalismo. *Proposta*, 72: 6 – 13, março/maio de 1997.

\_\_\_\_\_. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, André Ricardo. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In.: SINGER, P.; Souza, A. (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 245 – 266.

TIRIBA, Lia. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 221 – 224.

Recebido para publicação em 08/07/04

Aceito para publicação em 15/09/04